

# Do Iberismo ao 1º de Dezembro

(continuação da página 13)

A conspiração independentista era heterogénea [nobres, funcionários da Casa de Bragança e do clero]. Em novembro conseguiram o apoio do duque de Bragança. Na manhã do 1º de dezembro, um grupo de nobres atacou a sede do governo² prendeu a duquesa de Mântua, matou e feriu membros da guarnição militar e funcionários, como o Secretário de Estado, Miguel de Vasconcelos. Já dizia Camões: “Também dos Portugueses alguns traidores houve, algumas vezes...” (Os Lusíadas, C. IV, 33). Seguidamente, os revoltosos percorreram a cidade, aclamando o novo estado, secundados pelo entusiasmo popular, a mudança do regime foi recebida e obedecida sem dúvida. Só Ceuta permaneceu fiel à causa de Filipe IV.

*D. João IV entrou em Lisboa a 6 de dezembro. Proclamar a separação fora fácil, difícil seria mantê-la. Tal como em 1580, em 1640 os portugueses estavam desunidos. As classes inferiores mantinham a fé nacionalista em D. João IV, mas o clero e a nobreza, com laços em Espanha, hesitavam. O novo monarca estava numa posição pouco invejável.*

Do ponto de vista teórico, tornava-se necessário justificar a secessão não como usurpador, mas a reaver o que por direito legítimo lhe pertencia³. Do lado espanhol, a Guerra dos Trinta Anos (até 1659) e a questão da Catalunha (até 1652) atrasavam ofensivas de vulto. A guerra, que se prolongou por 28 anos, teve altos e baixos até se assinar o Tratado de Lisboa, em 1668, entre Afonso VI de Portugal e Carlos II de Espanha, em que este reconhece a independência do nosso País.

*Hoje, gente com passaporte português celebra o 1º de dezembro como desastre ou deplorável evento. Esquecem que se tratou da reconquista da liberdade do povo e da nação subjugada pela dinastia dos Filipes de Castela. Mais vale um povo pobre e livre do que rico na gaiola dourada com as cores do reino de Espanha. Assim o dizem os galegos que se aproximam das origens portuguesas preservando a língua e cultura comuns: a memória dos homens é curta.*

São interessantes os “pequenos detalhes” que determinam a História e que legalizaram de pleno direito a sucessão de Filipe II ao trono de Portugal em 1580 por morte sem descendência do herdeiro varão cardeal D. Henrique (68 anos) 9º filho do rei D. Manuel I. A candidatura de Filipe era fortíssima e indiscutível pelo casamento da filha terceira de D. Manuel I, com Carlos V, pais de Filipe I (II de Espanha).

*Paradoxalmente, antes da candidatura de Filipe, a situação poderia ter sido invertida, unificando as coroas ibéricas “para o lado português”. Em 1499, foi proclamado herdeiro das coroas de Portugal e de Espanha, Miguel da Paz², primeiro filho de D. Manuel I com Isabel, filha dos Reis Católicos. Azar dos portugueses ou conspiração castelhana, morreu com 2 anos de idade.*

Os portugueses serão sempre saudosistas, dos espanhóis, de Salazar e do sonho chamado 25 de abril.

- *Quem diria que Portugal estaria melhor como província espanhola do que independente? (Os galegos dizem que não).*

- *Quem garante que não seria Portugal uma célula independentista, tipo ETA, (aliada ou não à Galiza)?*

- *E se fosse ao contrário? Se o Reino de Espanha fosse hoje uma província de Portugal?*

*Que aconteceria aos Bourbon?*

*Só tinham utilidade nos EUA. Lá emborcaram todos os Bourbon que encontram.*

*Infelizmente, aqui ao lado, entronizam-nos e chamam-lhes Reis.*

1 - Miguel Urbano Rodrigues. “Alentejo Popular” (Beja) 02-11-06

2 - Oliveira Martins (1845-1894) é o melhor exemplo dos esbirros iberistas. É difícil de determinar a causa do profundo ódio que manifestava. Foi um típico vira-casaca: anarquista, socialista, republicano, monárquico, liberal, antiliberal. Defendeu a liberdade, mas também a ditadura. Atacou os ditadores, mas apoiou João Franco, sendo

apontado como um dos introdutores das ideias socialistas e como um profascista. Muitas das ideias foram aplicadas por ditadores (Sidónio Pais ou Oliveira Salazar). Antero de Quental (1869) era um confesso iberista, dois anos depois já nem fala no assunto, e mais tarde abomina a ideia. Algo idêntico ocorreu com Teófilo Braga.

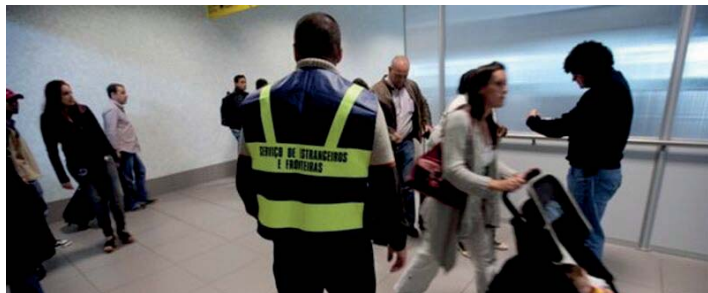
3 - (Paço da Ribeira)

4 - Abundante bibliografia (em Portugal e fora dele) procurou demonstrar os direitos reais do duque de Bragança. Se o trono jamais estivera vago de direito, em 1580 ou 1640, não havia razões para eleição em cortes, o que retirava ao povo a importância que teria, fosse o trono declarado vago.

5 - in Oliveira Marques, “A Restauração e suas Consequências”, in História de Portugal, vol. II, Do Renascimento às Revoluções Liberais, Lisboa, ed. Presença, 1998, pp. 176-201). Todo o reinado (1640-56) foi orientado por prioridades. Primeiro, a reorganização militar, reparação de fortalezas, linhas defensivas fronteiriças, fortalecimento das guarnições e obtenção de material e reforços. Paralelamente, a intensa atividade diplomática nas cortes da Europa, para obter apoio militar e financeiro, negociar tratados de paz ou de tréguas, conseguir o reconhecimento da Restauração, e a reconquista do império ultramarino. A nível interno, a estabilidade dependeu, do aniquilamento da dissensão a favor de Espanha. A guerra da Restauração mobilizou todos os esforços e absorveu enormes somas. Pior, impediu o governo de conceder ajuda às atacadas possessões ultramarinas. Mas, se o Império, na Ásia, foi sacrificado, salvou a Metrópole da ocupação pelos espanhóis. Portugal não dispunha de exército moderno, as forças terrestres escassas, as coudelarias extintas e os melhores generais lutavam pela Espanha, e a guerra se limitou a operações fronteiriças de pouca envergadura.

\*Jornalista, Membro Honorário Vitalício 297713 [Australian Journalists’ Association MEAA]

## Imigrantes passam a ter “botão de pânico” no SEF do aeroporto de Lisboa



Os cidadãos estrangeiros que fiquem alojados nas instalações do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) no aeroporto de Lisboa vão ter um botão de pânico nos seus quartos - uma medida inédita e que surge no novo regulamento do Espaço Equiparado a Centro de Instalação Temporária (EECIT).

“Por forma à salvaguarda do cidadão instalado, os quartos individuais encontram-se apetrechados com botão de pânico

que sempre que ativado, obriga ao seu registo em relatório, com indicação de hora e motivo que determinou a sua activação e comunicação da mesma ao responsável pelo EECIT”, é escrito neste regulamento, assinado pelo Ministro da Administração Interna, Eduardo Cabrita, a 31 de Julho e distribuído a todas as unidades orgânicas do SEF no passado dia 26 de Novembro - embora, segundo fonte oficial deste serviço de segurança,

já fosse do conhecimento dos responsáveis daquele espaço e estivesse em vigor desde 5 de Agosto.

Este EECIT tinha sido mandado encerrar e remodelar por ordem de Eduardo Cabrita, na sequência da morte, a 12 de Março, do cidadão ucraniano Ihor Homeniuk, que o Ministério Público (MP) atribui a três inspetores do SEF - cujo julgamento terá início já a 20 de Janeiro - e a Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) atribui também à “acção e omissão” de mais nove inspetores.

Ao que o DN apurou junto a fonte do SEF, os botões de pânico estão instalados em todos os novos 18 quartos individuais (até agora os alojamentos eram camaratas) e ligados à portaria do EECIT, onde estarão sempre, segundo as novas regras, inspetores do SEF e seguranças.

Aquando da morte de Ihor não existiam inspetores do SEF no EECIT em permanência e o cargo de coordenador daquele espaço estava vago. A segurança

era gerida por vigilantes de uma empresa privada, assim ilegalmente investidos em funções de autoridade pública.

A mesma fonte reconhece que este equipamento de nada teria servido para uma situação como a de Ihor, que foi levado para uma divisão que na anterior planta do EECIT estava designada como “sala de isolamento”, onde, segundo o MP e a IGAI, foi manietado, agredido e deixado a asfixiar até à sua morte.

“Estes botões de pânico são para ser utilizados em caso, por exemplo, de alguma indisposição ou necessidade urgente do cidadão que ali estiver alojado”, explica esta fonte que fez parte do grupo de trabalho que definiu o novo regulamento.

De qualquer forma, não há histórico de botões de pânico noutras instalações policiais. É conhecida a sua utilização, por exemplo, para as vítimas de violência doméstica se protegerem dos seus agressores e alertarem a polícia quando estes se aproximam.